

Vicente, Maria da Graça (2015). *Povoamento e Propriedade. Entre o Zêzere e o Tejo (séc. XII-XIV)*. Lisboa: Edições Colibri/Academia Portuguesa da História, 384 pp., ISBN 978-989-689-552-5.

Maria da Graça Vicente realizou o seu percurso académico na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Entre a sua produção historiográfica devemos destacar *Covilhã Medieval. O espaço e as gentes (séculos XII a XV)*¹, correspondente à sua dissertação de mestrado e galardoada com o Prémio Augusto António da Costa Veiga (2012). É na senda desse seu primeiro grande estudo que se insere o presente, que corresponde, com as necessárias adaptações, à sua tese de doutoramento, orientada por Manuela Mendonça, apresentada em 2013 e publicada em 2015, distinguida pela Academia Portuguesa da História, em 2016, com o Prémio Prof. Doutor Francisco da Gama Caiiro.

A presente obra constitui um alargar, ao âmbito regional, do estudo que a autora realizara sobre a Covilhã, principal aglomerado urbano da área geográfica que agora procura perscrutar, correspondente às delimitações geográficas da Beira Baixa e do distrito de Castelo Branco, o *Entre Zêzere e Tejo*. Como António dos Santos Pereira procura destacar no prefácio, a autora guia-se por um modelo de história total, adotando “uma perspetiva global do passado humano em que tudo parece relevante para o explicar” (p. 11).

Esse intento traduziu-se numa estruturação em sete capítulos, de desigual dimensão. Começamos por acompanhar o processo de ocupação e reorganização desta região (caps. I e II), passando depois à análise da ação dos diferentes grupos sociais, tendo em conta as suas interações com o meio e o aproveitamento dos recursos naturais (cap. III), passando pela divisão da propriedade (cap. IV) e pelo desenvolvimento de atividades económicas (cap. V), para terminar com o estudo das estruturas de apoio assistencial e espiritual (cap. VI) e com a análise das relações locais com o poder central (cap. VII).

O primeiro capítulo, *os espaços físicos – património natural e construído*, abre com uma caracterização do espaço geográfico, delimitado em quatro documentos fundacionais, a doação de Idanha-a-Velha e Monsanto à Ordem do Templo (1165), a instituição do concelho da Covilhã (1186), a doação da herdade da Guidintesta à Ordem do Hospital (1194) e a da herdade da *Açafa* à Ordem do Templo (1199). Caracterizam-se os elementos naturais mais relevantes, apontam-se os principais locais de passagem, as condições de defesa e segurança, as

¹ Vicente, Maria da Graça (2012). *Covilhã Medieval. O espaço e as gentes (séculos XII a XV)*. Lisboa: Edições Colibri/Academia Portuguesa da História.

características da casa rural e urbana e dá-se conta da progressiva ocupação do espaço.

Para esse fim, apontam-se três fases fundamentais no processo de povoamento, relacionadas com os momentos anteriormente referidos – a tentativa de reanimação de Egitânia (1165/1199), a criação do concelho da Covilhã (1186) e a entrada em cena da Ordem do Hospital (1194), que por sua vez se traduziram em diferentes ritmos de povoamento, mais ou menos coincidentes com as três grandes zonas em que ainda hoje se divide a Beira Baixa. O vasto *Campo* em redor de Castelo Branco, polarizado por aquela vila, onde prepondera o Templo, e depois Cristo; o *Pinhal* ou *Charneca*, espaço de implantação de pequenas vilas como Pedrogão, Sertã, Vila de Rei, Oleiros, Proença-a-Nova ou Amêndoa, onde predomina o Hospital; e a *Cova da Beira*, espaço dominado pela Coroa, em locais integrados no termo da Covilhã, ou pelo menos na sua órbita.

O capítulo seguinte, consagrado à *primeira organização administrativa*, dedica-se a uma análise da importância dos forais na organização e no povoamento da região, destacando-se a interpretação do foral da Covilhã, outorgado por D. Sancho I, em setembro de 1186, e utilizado como modelo para muitos dos demais forais concedidos na região. Ainda que inicialmente se avance com uma definição de foral, não se chega a fazer uma distinção conceptual entre forais e cartas de foro ou povoamento, razão pela qual, no desenvolvimento do capítulo, e da obra em geral, essa diferenciação, que a nosso ver se revela fundamental, não se torne clara.

O terceiro capítulo é dedicado à *economia e sociedade* e parte de uma tentativa de traçar um esboço demográfico e de uma pesquisa acerca da origem geográfica dos povoadores, tarefas dificultadas pela escassez das fontes. O grosso do capítulo será, conseqüentemente, dedicado à análise dos grupos sociais em presença, contando o clero, a nobreza e o grupo que a autora designa *as gentes*, subdividido em *lavradores e pastores; almocreves e mercadores; e oficiais: mecânicos e letrados*. Embora se assuma que *as gentes* são tomadas como sinónimo de *mantenedores*, não nos parece ser o conceito mais operatório para individualizar o terceiro estado.

O capítulo seguinte (IV) versa sobre *a divisão da terra*, concretizando-se numa análise da distribuição e caracterização da propriedade. Embora a autora comece por afirmar que a propriedade se dividia entre seis instituições, verifica que esse número é bastante mais elevado, apontando-se, para além da Coroa, as Ordens Militares do Templo/Cristo, Hospital e Avis; as sés de Coimbra e da Guarda; várias instituições monásticas, como os mosteiros de Salzedas, de S. Maria da Estrela, de S. Francisco da Covilhã, de S. Jorge e de S. Cruz de Coimbra; diversas igrejas paroquiais, confrarias e instituições de assistência, para além dos concelhos. A estas instituições, que permitem níveis de análise muito dife-

rentes, de acordo com o maior ou menor número de documentação produzida e conservada, acrescenta-se a propriedade alodial.

Segue-se um capítulo dedicado ao *trabalho* (V), em que se procede a uma caracterização da agricultura, da pecuária e da pastorícia, das atividades transformadoras e do comércio e seus agentes. Como fica demonstrado, o capítulo 3 não é o único sobre aspetos económicos, pelo que talvez fosse mais claro se apenas se intitulasse *População e Estratificação Social*.

Os dois últimos capítulos são respetivamente dedicados ao *culto e assistência* (VI) e à *relação com o poder central* (VII). Caracterizam-se as comunidades cristãs e judaicas e destaca-se a cobertura assistencial da região, traduzida em albergarias, hospitais e gafarias. No capítulo das relações com o poder central, atenta-se na conflitualidade e na intervenção régia, bem como no ritmo de participação dos concelhos nas Cortes.

A presente obra apresenta uma imagem completa, nas suas mais diversas vertentes, do *Entre Zêzere e Tejo*, nos séculos XII a XIV. Se é verdade que são o *povoamento* e a *propriedade* que subordinam o título, o *Homem*, na sua multifacetada atividade do quotidiano e do extraordinário, de membro e ator social, de proprietário ou usufrutuário, de trabalhador de vários mesteres, de devoto e de defensor dos seus privilégios e prerrogativas, está sempre presente, assumindo, em todas as circunstâncias, o seu merecido lugar de destaque.

No entanto, embora não estejamos numa área privilegiada para a sua implantação, é de lamentar a reduzida atenção conferida à nobreza, apenas se dando conta, com alguma extensão, das estratégias adotadas por duas linhagens, o que numa área geográfica tão vasta é manifestamente reduzido. Destacamos ainda a utilidade que existiria na realização de um maior número de mapas, não só dando a conhecer, com maior profundidade, as áreas dos senhorios de cada instituição, mas apontando também diversos outros elementos como, por exemplo, os relacionados com a rede viária. Consideramos ainda que os elementos relativos à organização paroquial e à distribuição dos direitos senhoriais, também não se encontram explorados em todas as suas potencialidades. Mas justamente estas ausências mantêm aberta a porta para estudos futuros que possam vir a privilegiar esses temas, suprimindo as lacunas ainda existentes e continuando a suscitar o interesse dos investigadores por esta região.

RODOLFO PETRONILHO FEIO

rodolfonfeio@hotmail.com